

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA E ASPECTOS SOCIOCULTURAIS COLONIAIS LUSO-BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DE MANUEL DA NÓBREGA.

Évila Cristina Vasconcelos de Sá.¹

Luciana de Souza Silva.²

RESUMO

No contexto da contrarreforma religiosa e da conquista dos espaços “luso-brasileiros”, adentrou-se uma ordem religiosa de cunho educacional e controlador: a Companhia de Jesus, representada pelos jesuítas. Como objeto de estudo, temos o escrito do Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), intitulado em *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556/1557), no período em que estava nas terras tupiniquins. Obra esta, de valor pedagógico, caracterizada pela perspectiva que o sacerdote vivenciou diante ao processo de catequização dos indígenas. Concomitante ao exposto, a presente comunicação discorrerá sobre o cotidiano da educação jesuítica nos trópicos. Em relação ao local de concentração do ensino jesuítico, se dava principalmente na região das Missões, das quais se empregava ensinamentos em diversas áreas como: da agricultura, da pecuária, oficinas de artesanatos de instrumentos musicais, calçados, entre outros e de pinturas. Em relação ao modelo pedagógico, os jesuítas focavam a metodologia, intitulada de *Ratio Studiorum* (aplicado primeiramente em 1548 no Colégio de Messina, na Sicília, servindo de inspiração no Brasil). Sobre a caracterização deste mecanismo de ensino jesuítico, baseava-se num conjunto de regras, compreendidas o trinômio: estudar, repetir e disputar, através de exercícios escolares meramente apenas para a reprodução do conhecimento, dos quais se remetem diretamente à escolástica medieval: a Pedagogia Tradicional, que na sua vertente religiosa, tornava a educação sinônima de catequese e evangelização. Porém, os filhos de comerciantes e latifundiários portugueses estudavam em Portugal, geralmente em duas Universidades: de Coimbra e de Évora. O cotidiano da educação jesuítica era bem diferente em relação à nossa educação formal contemporânea. A sala de aula jesuítica, que poderia ter cerca de duzentos alunos, o conteúdo era ensinado a todos concomitantemente, nem mesmo havia a mobiliária,

materiais didáticos, isto é, não se tinha a estrutura da instituição escolar que percebemos atualmente. Os professores jesuítas estimulavam os aprendizados dos alunos através da emulação (competição), pelo sistema de prêmios, para assim livrá-los do ócio (considerado naquele período colonial como o espaço do demônio).

PALAVRAS-CHAVE:

Literatura jesuítica; educação colonial; sociedade luso-brasileira.

ABSTRACT

In the context of counter religious reform and the achievement of "Luso-Brazilian" spaces, entered to a religious order of educational nature and controller: the Society of Jesus, represented by the Jesuits. As the object of study, we have written of Father Manuel da Nobrega (1517-1570), entitled Dialogue in the conversion of the gentile (1556/1557), in the period was in brazilian lands. This work, teaching value, characterized by the prospect that the priest lived on the indoctrination process of the natives. Concomitant with the above, this communication will talk about the daily life of Jesuit education in the tropics. In the place of concentration of Jesuit education was mainly in the area of missions, of which employed teaching in diverse areas such as agriculture, livestock, crafts workshops of musical instruments, shoes, among others and paintings. Regarding the pedagogical model, the Jesuits focused methodology, titled Ratio Studiorum (first applied in 1548 in the College of Messina, Sicily, inspiring in Brazil). On the characterization of this Jesuit teaching mechanism was based on a set of rules, understood the trinomial: study, repeat and play through school exercises merely just for reproduction of knowledge, of which refer directly to the medieval scholasticism: Pedagogy traditional, which in its religious aspect, made the synonymous education catechesis and evangelization. But the children of merchants and landowners Portuguese studied in Portugal, usually in two universities: Coimbra and Évora. The daily life of Jesuit education was very different compared to our contemporary formal education. The Jesuit classroom, which could have about two hundred students, the content was taught to all concurrently, had not even the furniture, teaching materials, ie

not had the structure of the school that currently realized. The Jesuit teachers encouraged the students learning through emulation (competition), the awards system, so keep them from idleness (considered that colonial period as the demon space).

KEYWORDS:

Jesuit literature; colonial education; Luso-Brazilian society.

INTRODUÇÃO

O intuito de pesquisar tal temática surgiu entre duas formações: na disciplina de Historiografia Brasileira, ao estudar as cartas de viajantes no período pré-colonial; bem como no estudo da História da Educação Brasileira.

Assim, a presente comunicação visa compreender a Educação Jesuítica na perspectiva do padre Manuel da Nóbrega. Para isso faz-se necessário compreendermos a conjuntura histórica em que o Brasil se encontrava em tal período. O ponto principal que ocasionou a vinda dos jesuítas relaciona-se a contenção às religiões protestantes, bem como a busca de novos fiéis.

Sobre a relação entre a organização religiosa e o poder civil, o historiador João Pandiá Calógeras (1935), no início os assuntos eclesiásticos dependiam das deliberações tomadas em Funchal e Lisboa, sede diocesana e na igreja metropolitana, do território colonial. Em 1549, El-Rei expediu uma carta limitando os poderes dos capitães, transferindo-os para o governador-geral.

No entanto, apenas com o uso da força e do poder político, não era o bastante para os lusitanos obterem o controle nos trópicos. O monarca português entregou nas mãos de Tomé de Sousa e do padre Manuel da Nóbrega, o poder para administrar as terras não exploradas desde então.

[...] Prolongou-se por dezesseis anos seu governo, até 1572; colaborou fortemente com Nóbrega. Assim se pode asseverar que, por mais de vinte anos, foi o Brasil [...] administrado [...] De 1549 a 1553, Tomé de Sousa e Nóbrega laboraram juntos; em 1557 Mem de Sá chegou e iniciou sua tarefa de reger a terra de pleno acordo com Nóbrega até 1570, ano da morte do jesuíta. [...] Um dos problemas mais salientes da colônia era a imensa extensão dela. [...] Naqueles tempos remotos, entretanto, obstáculos e

dificuldades eram infinitamente maiores, pois faltavam meios de os enfrentar. Desde o segundo decênio do século XVI se fizera sentir a diversidade das duas missões impostas a Cabo Frio, o pau-brasil era a preocupação dominante na metrópole. De São Vicente para sul, as questões mais importantes ligavam-se à vizinhança dos castelhanos na região platina, ao epuxo subpético e silencioso do meridiano separador e ao avanço rumo ao Peru e suas riquezas. [...] Bahia, a cidade de Salvador como era chamada, fora escolhida para sede do governo. Mas estava ao norte, na região do pau-brasil, e os sulistas queixavam-se de ficarem abandonados. Mem de Sá gastou todo o seu período de administração viajando ao longo do litoral, a pacificar os conflitos nascentes, aclamar os colonos ofendidos e furiosos, dirimir querelas entre autoridades europeias. (CALÓGERAS, 1935, p. 20-21).

No entanto, nem de flores, “grandes feitos” vivia o Brasil, seu tempo de meninice. Concomitante à implantação das capitanias hereditárias e o governo-geral em Pindorama, ocorreu à prática da Antropofagia, como consta nos escritos dos cronistas André Tevet, Jean de Léry e Hans Staden. Este festim tupinambá, na concepção do nativo, representava mais do que um ato de vingança por assim dizer: era um ritual religioso e social para tal povo. Segundo os viajantes europeus, a vítima, após capturada por guerra ou por emboscada, era posteriormente entregue a aldeia. Durante semanas ou meses o prisioneiro era alimentado e insultado por todos os membros tupis.

Após essas agressões, porém era bem tratado, recebia como companheira uma irmã ou filha de seu captor e podia andar livremente-fugir era uma ignomínia impensável. O cativo passava a ganhar uma corda no pescoço: era o calendário que indicava o dia de sua execução [...] Quando a data factícia se aproximava, os guerreiros preparavam ritualmente a clava com a qual a vítima ia ser abatida. [...] Na véspera da execução, ao amanhecer, o prisioneiro era banhado e depilado. Depois, deixavam-no “fugir”, apenas para recapturá-lo em seguida. Mais tarde o corpo era pintado de preto, untado com mel e recoberto por plumas e cascas de ovos. Ao pôr do sol, iniciava-se uma grande beberagem de cauim-um fermentado, ou “vinho” de mandioca. [...] os membros eram esquartejados e, depois de feita a incisão no cadáver, as crianças eram convidadas a devorar os intestinos. A seguir, retalhava-se o tronco, pelo dorso. Língua e miolos eram destinados aos jovens. Os adultos ficavam com a pele do crânio e as mulheres com os órgãos sexuais. [...] os ossos do morto eram preservados; o crânio, fincado numa estaca, ficava exposto em frente à casa do vencedor; os dentes eram usados como colar e as tíbias transformavam-se em flautas e apitos. (BUENO, 2012, p.21).

Destarte, a antropofagia, encarada como uma prática dantesca aos olhos dos lusitanos na Terra dos Papagaios era necessário “doutriná-los” sob a cruz do

catolicismo. Nessa conjuntura, os jesuítas foram trazidos em 1549, com a expedição de Tomé de Souza. No âmbito da igreja, ocorreu o desdobramento de paróquias, consequência natural da expansão territorial e a criação de novos bispados, como os do Rio de Janeiro e Olinda, em 1676 e do Maranhão em 1667. A diocese da Bahia foi elevada a arquidiocese, com jurisdição sobre todo o Estado do Brasil, enquanto o Maranhão ficou subordinado diretamente a Lisboa. (WEHLING, 1999).

Nessa conjuntura, surgiu o jesuíta Manuel da Nóbrega do qual discorreremos. Há divergências entre seu local de nascimento, entre as cidades de Braga e Minho. De acordo com o professor de Literatura da Universidade de São Paulo João Adolfo Hansen (2010), na crônica do sacerdote jesuíta Simão de Vasconcelos, Manuel da Nóbrega caracterizava-o como um:

[...] “padre gago”, magro, inteligente, douto, bem humorado, corajoso, doente, obediente, determinado, andarilho, que se alimenta frugalmente com abóboras, velho aos 40 anos de idade. [...] Depois de fazer seus estudos iniciais em Coimbra, bacharelou-se duas vezes. Primeiramente em Filosofia, pela Universidade de Salamanca; depois, em Cânones, em 14 de junho de 1541, pela Universidade de Coimbra. Em 21 de novembro de 1544, com 27 anos de idade, entrou para a Companhia de Jesus, instituída em 1540 como ordem religiosa pelo Papa Paulo III. Nos três Regimentos de 17 de dezembro de 1548 dados a Tomé de Sousa, o rei D. João III ordena-lhe fundar uma cidade fortificada na Bahia como sede do Governo Geral do Estado do Brasil. Em 1549, por intermédio de Simão Rodrigues, mestre de Nóbrega em Coimbra e provincial da Companhia de Jesus na assistência de Portugal, o rei nomeia Nóbrega chefe da missão religiosa enviada na esquadra de Tomé de Sousa, primeiro governador geral. “Porque a principal causa que me move a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa fé católica”, declara no Regimento. (HANSEN, 2010, p. 18).

Após longa viagem transatlântica de um pequeno grupo de padres em direção ao Brasil, comandados por Nóbrega, chegam ao arraial do Pereira, Vila Velha, Bahia, em 29 de março de 1549. Em seguida, Tomé de Sousa comanda a construção de uma cidadela cercada por paliçadas de pau-a-pique na parte superior de uma falésia da baía, denominando-a de São Salvador de Todos os Santos, bem como o Colégio dos Jesuítas.

Em 1564, a Coroa portuguesa concedeu um alvará que determinava a arrecadação de dízimos como “esmola para sempre para a sustentação do Colégio da Bahia”, dos quais deram subsídios para a manutenção dos colégios. Em 1568, o benefício real seria estendido para o Colégio do Rio de Janeiro e, em 1576, para o de Olinda, em Pernambuco. Neste período, Nóbrega recebeu na Bahia quatro missionários: Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva, Salvador Rodrigues, bem como sete

meninos órfãos de Lisboa, que se integraram aos trabalhos da catequese. E três anos depois, vieram a Ilha de Vera Cruz mais sete, os Padres Luís da Grã, Lourenço Brás, Ambrósio Pires e os Irmãos Antônio Blázquez, João Gonçalves, Gregório Serrão e José de Anchieta. (HANSEN, 2010)

Como medidas pedagógicas, Nóbrega incube várias regras. Evidencia a monogamia, a nudez como transmissora do “pecado original” e a prática de antropofagia como “indícios de pecado”, e ainda:

As medidas preveem a repressão por meio de castigos exemplares de grupos e homens resistentes à dominação portuguesa, caso dos karaíba, pajés ou xamãs tupis inimigos dos padres e portugueses em geral, que iam de tribo em tribo proclamando sabiamente que a água do batismo matava enquanto ouviam em chocalhos a voz dos mortos que anunciavam Mair Monhan, a terra sem mal dos tupis: A lei que lhes hão-de dar é defender-lhes [...] comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher; vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos; tirar-lhes os feiticeiros; mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte senão for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem. Em 1556, para combater o desânimo dos padres, Nóbrega escreveu o Diálogo sobre a Conversão do Gentio, de que se trata adiante; em 1558, um texto perdido, Tratado contra a antropofagia e contra os cristãos seculares e eclesiásticos que a fomentam ou consentem. (HANSEN, 2010, p. 37-38).

Em relação ao local de concentração do ensino jesuítico, se dava principalmente na região das Missões, das quais se empregava ensinamentos em diversas áreas como: da agricultura, da pecuária, oficinas de artesanatos de instrumentos musicais, calçados, entre outros e de pinturas. Curioso e interessante são as pinturas no teto da Igreja de Aquiraz, que já tive o contato de visitar e através de pesquisas acredita-se que as mesmas foram pintadas pelos indígenas de tal vila. Em relação ao modelo pedagógico, os jesuítas focavam a metodologia, intitulada de Ratio Studiorum (aplicado primeiramente em 1548 no Colégio de Messina, na Sicília, servindo de inspiração aqui no Brasil).

Para obter essa “subordinação livre” que interessa à manutenção do “bem comum”, a Companhia de Jesus propõe que a educação deve “tornar mais homem”, lema do Ratio studiorum usado por ela a partir de janeiro de 1599. Para tanto, a educação deve dar conta das três faculdades que, segundo a Escolástica, compõem a pessoa humana: a memória, a vontade e a inteligência. A educação deve ensinar a cada uma delas o autocontrole necessário à harmonia dos apetites que caracteriza a tranquilidade da alma. A finalidade é a amizade das três faculdades – memória, vontade, inteligência –, com as mesmas faculdades de todos os outros membros do corpo político do Estado. (HANSEN, 2010, p. 62)

Sobre a caracterização deste mecanismo de ensino jesuítico, baseava-se num conjunto de regras, compreendidas o trinômio: estudar, repetir e disputar, através de exercícios escolares meramente apenas para a reprodução do conhecimento, dos quais se remetem diretamente à escolástica medieval: a Pedagogia Tradicional, que na sua vertente religiosa, tornava a educação sinônima de catequese e evangelização. Porém, os filhos de comerciantes e latifundiários portugueses estudavam em Portugal, geralmente em duas Universidades: de Coimbra e de Évora.

Os jesuítas aqui aportam com a missão de difundir a fé católica, seguindo as orientações do regimento, de D. João III. A conversão dos indígenas, através da catequese e da instrução, é um de seus principais objetivos. [...] Os obstáculos enfrentados são das mais diversas ordens-desde questão de sobrevivência em solo marcado por uma natureza diversa da terra mãe-até disputas com os próprios colonizadores pela conquista de um gentio em sua defesa contra ataques mais violentos. O trabalho desenvolvido pelos jesuítas tem duas fases distintas. A primeira delas orienta-se pelo plano de estudos concebido por Manoel da Nóbrega, sendo voltada para o ensino de primeiras letras, a catequese, a música e alguma iniciação profissional. A segunda fase inspira-se nos princípios do Ratio Studiorum, concentrando-se sobre o ensino de Humanidades, Filosofia e Teologia. Ao que tudo indica, o plano de Nóbrega esbarra em resistências no seio da própria ordem religiosa, uma vez que a partir de 1556 entraram em vigor as 'Constituições da Companhia de Jesus'. Nesta nova versão do trabalho, fica claro a preocupação de concentrar esforços na educação dos filhos dos colonos e na formação dos futuros sacerdotes. (VIEIRA; SABINO, 2002, p. 43-44)

O cotidiano da educação jesuítica era bem diferente em relação à nossa educação formal contemporânea. A sala de aula jesuítica, que poderia ter cerca de duzentos alunos, o conteúdo era ensinado a todos concomitantemente, nem mesmo havia a mobiliária, materiais didáticos, isto é, não se tinha a estrutura da instituição escolar que percebemos atualmente. Os professores jesuítas estimulavam os aprendizados dos alunos através da emulação (competição), pelo sistema de prêmios, para assim livrá-los do ócio (considerado naquele período colonial como o espaço do demônio). Com a

chegada do Marquês de Pombal (o primeiro ministro de Portugal), este por sua vez que vinha ao Brasil carregado de ideais iluministas, expulsou os jesuítas, e por fim ocorrendo nesse período entre 1760 até o Período Joanino.

Para alguns pesquisadores uma fase de “retrocesso” da Educação Formal, institucional, pois ela acontecia no seio particular, financiada pela própria família, e ensinada pelos professores régios (vindos de Portugal), dos quais lecionavam avulsamente as cadeiras de Grego, Latim e Retórica.

Sinteticamente, podemos perceber que após a expurgação dos jesuítas, ocorreu a secularização do ensino no Brasil, através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759. Neste documento, Pombal além ter criado a função do professor régio, ainda inventou criou a função do “Diretor Geral dos Estudos”, para nomear e fiscalizar a ação dos professores. Em suma a mudança que ocorreu na Educação Brasileira do período colonial consiste em lugar de um sistema de ensino formalizado e seriado, passou a ser disperso e fragmentado, baseado em aulas isoladas que eram ministradas por professores leigos com má formação... E até a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, especificamente ao Rio de Janeiro, remodelando a colônia, que respectivamente se transformando em Reino, o de ensino formal irá ganhar nova roupagem, pelo menos para a elite, enquanto os subalternos, filhos de pobres, indígenas, miscigenados, e de escravos, continuavam com uma importância secundária, bem como relegada.

Diante ao exposto, abordaremos sua obra em problematização deste artigo, Diálogos sobre a conversação do gentio (1556-1557), quando Nóbrega encontrava-se na aldeia São Paulo, próximo a Salvador. Como já citado acima, tal jesuíta fez várias solicitações ao governador-geral Duarte da Costa para que coibisse aos aborígenes de comer carne humana e os reunisse em aldeias sob o controle da Coroa. Assim foi nesse período de profunda frustração com o aparelho estatal lusitano, por conta de não atender aos anseios jesuítas, que Nóbrega escreveu o Diálogo.

Para Alfredo Bosi (1976), tal escrito de Nóbrega, caracterizado como um exemplar da *Literatura de Informação* é um documento notável pelo equilíbrio com que o sensato jesuíta apresentava os aspectos “negativos” e “positivos” do índio, do ponto de vista de seu consentimento à conversão. Escrito em forma de diálogo entre dois personagens com visões diferentes sobre a evangelização dos nativos, Gonçalo Álvares curador dos índios, não acreditava no aprendizado e compreensão dos tais, enquanto

Mateus Nogueira, Religioso, protegia, por tratar-se de seres que possuíam potenciais necessários para o aprendizado. Ao todo o texto configura-se em 10 parágrafos, os quais tratam do questionamento a respeito do aprendizado e conversão dos índios e da importância dessa doutrinação para a vida.

O Diálogo é permeado de vários aspectos: é um texto literário, um documento do período do Brasil colonial, bem como uma fonte primordial para a compreensão das primeiras iniciativas da educação em nosso país.

Por ser um texto de cunho religioso, não antropológico do que se entende nas Ciências Sociais, Nóbrega expressa também as dificuldades que os jesuítas passam em relação ao processo de catequização dos indígenas, mostrando assim as mentalidades dos sujeitos deste período.

Antes de qualquer coisa, o nativo para Nóbrega (2006), era uma criatura de Deus, dos quais deviam- os ser respeitados por todos, inclusive pelos sacerdotes católicos. Assim, como seres humanos, “bons ou maus”, os nativos brasileiros deveriam receber educação como os filhos dos colonos, porém havia uma diferença: por não conhecer a doutrina cristã católica apostólica romana, e por viverem em “selvageria”, deveriam ter uma chance de salvação da alma.

Entretanto, tal redenção somente poderia se concretizar com o auxílio de um indivíduo que se dedicaria a essa empreitada: os missionários jesuítas, isto é, de pessoas capazes a instruir e amar tais almas gentias.

Gonçalo Alves: Estes têm alma como nós. [...] Nogueira: isso está claro, pois a alma tem três potências, entendimento, memória e vontade, que todos têm: eu cuidei que vós éreis mestre, já em Israel, e vós não sabeis isso; bem parece, que as teologias, que me dizeis arriba era, e eram posições do padre Braz Lourenço, e não vossas; quero-vos dar um desengano, meu irmão: que tão ruim entendimento tendes vós para entender o que vos queria dizer, como este gentio, para entender as cousas de nossa Fé. Gonçalo Alves: Tendes muita razão, e não é muito, porque quando ando na água aos peixes e bois, e trato no mato com brasil, e não é muito ser frio, e vós andais sempre no fogo, razão é, que vos aqueteis, mas não deixeis de prosseguir adiante, pois uma das obras da misericórdia é ensinar aos ignorantes. (Op. cit, OLIVIERI; VILLA, 1999, p. 51-52).

Destarte, a conversão não se dava rapidamente. Os índios por sua vez, deveriam primeiramente louvar ao Deus cristão, e livrar-se da "bestialidade natural",

caracterizado pelo pecado original da humanidade, do qual elenca sua natureza corrupta que os faz assemelhar-se a bestas. Nóbrega em seu diálogo, não restringe aos ameríndios essa culpa: cita também os homens da antiguidade clássica (gregos e romanos), judeus, os mouros, bem como todos os europeus.

Gonçalo Alves: Pois assim é, que todos temos uma alma e uma bestialidade naturalmente, e sem graça todos somos uns, de que veio estes negros não serem tão bestiais, e todas as outras gerações como os romanos, e os gregos, e os judeus, serem tão discretos e avisados. Nogueira: Esta é uma boa pergunta, mas claro está a resposta, todas as gerações tiveram também as suas bestialidades; adoravam pedras e paus, dos homens faziam deuses, tinham crédito em feitiçarias do diabo; outros adoravam os bois e as vacas, e outros adoravam pro Deus aos ratos, e outras imundices; e os judeus, que eram a gente de mais razão, que no mundo havia, e que tinha contas com Deus, e tinham as escrituras desde o começo do mundo, adoravam uma bezerra de metal e não os podia Deus ter, que não adorassem os ídolos, e lhes sacrificavam seus próprios filhos, não olhando as tantas maravilhas [...] os mouros crêem em Mafamede, muito vicioso e torpe, e põem-lhe a bem-aventurança nos deleites da carne, e nos vícios; e estes dão crédito a um feitiçeiro, que lhes põe a bem-aventurança na vingança de seus inimigos, e na valentia, e em terem muitas mulheres; os romanos, os gregos, e todos os outros gentios, pintam, e têm inda por Deus a um ídolo, a uma vaca, a um galo; estes têm que há Deus, e dizem, que é o trovão, porque é cousa que eles acham mais temerosa e nisto têm mais razão, que os que adoram rãs, ou os galos[...] (Op. cit, OLIVIERI; VILLA, 1999, p. 52-53).

Concomitantemente, Nóbrega esmiúça nas falas de Nogueira: que os outros povos citados a pouco, apesar de seus pecados e adorações a seres pagãos, são polidos, sabem ler e escrever, são “asseados”, e aprenderam as diversas ciências tais como a filosofia, entre outros campos do saber.

Posteriormente, o jesuíta afirma em seu discurso, ao apresentar que os indígenas por sua vez, não tiveram a mesma formação/criação que os ditos “civilizados”, nem a mesma polícia. Encontram-se neste estado de “selvageria”, por serem descendentes de Cam, filho de Noé, que ao ver seu pai nu e bêbado, receberam maldição. Ao longo do texto, cita outros exemplos de atribuições pecaminosas que legitimaram a condição da natureza bestial dos outros povos além dos indígenas:

[...] e têm outras misérias, os outros gentios, por serem descendentes de Set e Jafet, era razão, pois eram filhos da bênção, terem mais alguma vantagem; e porém toda esta maneira de gente, uma a outra, naquilo em que se criam, têm uma mesma lama e um entendimento, e prova-se pela escritura, porque logo os primeiros dois irmãos do mundo, um seguiu uns costumes e outros: Isac e Ismael, ambos foram irmãos; mas isac foi mais político, que o Ismael que andou nos matos; um homem tem dois filhos de igual entendimento, um

criado na aldeia, e outro na cidade; o da aldeia empregou seu entendimento em fazer arado, e outras cousas na aldeia, o da cidade em ser cortesão e político; certo está, que, ainda que tenham diversa criação, ambos têm um entendimento natural exercita [...] não foi dado pela natureza, mas foi especial dada por Deus. (Op. cit, OLIVIERI; VILLA, 1999, p. 54).

Deste modo, educar um civilizado ou filósofo poderia ser mais dificultoso do que um nativo, pois, segundo o Nóbrega, as coisas mais essenciais da fé cristã não são pautadas pela razão. Também, vale destacar que para o referido autor, um filósofo exhibe atitudes contrárias à fé: a soberba, a fama, a cobiça e a volúpia; entende as leis divinas, no entanto, as relega.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 1976.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1935.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 91-110, dez.1990. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27/01/2016.

FONSECA, Sônia Maria. **A hegemonia jesuítica (1549-1759)**. Site do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas. Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuítico_intro.html. Acesso em: 22/03/2015.

HANSEN, João Adolfo. **Manuel da Nóbrega**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

NÓBREGA, Padre Manuel da. **Diálogo sobre a conversão do gentio**. Projeto editorial e direção de Sálvio Marcelo Soares. São Paulo: Metalibri, 2006.

OLIVIERI, Antonio Carlos; VILLA, Marco Antonio. Manuel da Nóbrega: em defesa das almas indígenas. In: **Cronistas do Descobrimento**. São Paulo. Editora Ática.1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche; SABINO, Isabel. **História da educação no Ceará: sobre promessas, feitos e fatos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.